

A dívida externa e o FMI (Fundo Monetário Internacional) estão profundamente associados à História do Brasil. Para refrescar a memória — que memória? —, é conveniente lembrar que a nossa independência — que independência? — foi comprada com algum punhado de libras esterlinas, não se falando no sacrifício dos libertadores. O imperador Dom Pedro I, autor da célebre frase "Independência ou Morte", teve logo que aceitar e arcar com um empréstimo que Portugal havia contraído com bancos ingleses, exatamente para financiar a contrarrevolução na Bahia. Foi andando a passo de carangueijo que o Brasil conquistou definitivamente sua independência política. Não fosse assim — acreditava-se na época —, Portugal não reconhecera a jovem nação, e o sangue continuaria a jorrar...

Neste momento, em que o FMI passa a se integrar de forma inquietante o cenário político e econômico brasileiro, é bom abrir um bom livro "O Dinheiro do Mundo", do consultor de empresa norte-americano Michael Moffitt, que chegou a ser bastante vendido no Brasil. Ele transcreve a advertência de um redator do jornal *New York Times*, que diz: "O FMI já derubou mais governos do que Marx e Lênin juntos".

A História conta que Juscelino Kubitschek teve um governo de relações atribuladas com o FMI. Contando com grande respaldo popular, o presidente pediu US\$ 300 milhões de empréstimo ao Fundo que, em contrapartida, exigiu mais impostos e liberalização do comércio exterior. JK não se dobrou, rompendo as conversações. Já com Jânio Quadros, o sucessor de Kubitschek, o Brasil negociou com o FMI um acordo *stand-by*, no valor de US\$ 110 milhões, obtendo o aval daquela instituição para renegociar a dívida externa com os bancos. Ainda decretou uma máxidesvalorização do cruzeiro de 100% em relação ao dólar e reduziu os subsídios ao trigo e ao petróleo. Depois de construído o caos, Jânio pensou em voltar atrás. Não tinha jeito. Renunciou. Em 1983 — refresquemos a memória —, Figueiredo e Delfim Netto fecharam com o FMI, não caíram, mas terminaram deixando o País em frangalhos. Um fim lacônico.

A Nova República parece querer repetir a dose.

Ainda hoje se diz que o FMI é mero regulador de trocas

A história do FMI, foi contada da forma mais autêntica por Michael Moffitt, em seu livro. Diz ele: "Em primeiro de julho de 1944, mais de 700 delegados de 44 países chegaram ao Mount Washington em Bretton Woods, New Hampshire, para tomar parte nas mais amplas negociações econômicas internacionais da História. As nações aliadas, perseguidas por três décadas de depressão, ruína financeira e guerras mundiais, reuniram-se em Bretton Woods para fazer o esboço de um plano, criando uma ordem econômica no pós-guerra. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha viam a tarefa de construir uma economia viável para o pós-guerra como tão urgente que, mesmo antes de a maré voltar-se contra os nazistas, começaram a assentar os fun-

DÍVIDA

Um tormento que segue o Brasil desde o Império



damentos para Bretton Woods. Ao longo de três longas semanas da conferência de Bretton Woods, os veranistas que se encontravam na tradicional estação serrana tiveram a sua tranquilidade abalada pelo fulgor dos debates. As atividades eram dominadas por dois grandes gigantes intelectuais, ambos dedicados à criação de uma ordem econômica no pós-guerra, liberal e internacionalista. O principal representante britânico era John Maynard Keynes, o mais influente pensador econômico do século XX, que atuou como presidente da Mesa. O interlocutor de Keynes era Harry Dexter White, o principal assessor técnico do secretário do Tesouro americano Henry Morgenthau. Apesar da sua admiração pela capacidade intelectual de Keynes, White — graças à realidade do poder americano — emergiu como a figura dominante em Bretton Woods. Embora discordassem em questões específicas, White e Keynes forneceram capital intelectual às duas instituições criadas em Bretton Woods: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e

Desenvolvimento (Banco Mundial)".

Os acordos de Bretton Woods foram finalmente assinados em 22 de julho. Portanto, o FMI e o Bird fizeram 41 anos na quarta-feira passada.

O capital

No linguajar dos tecnocratas dos países ricos, o FMI não é um mero doador de fundos aos seus filiados, entre eles o Brasil, que é membro-fundador. Apesar de doar, o Fundo não é uma instituição de caridade. Assim como numa sociedade por cotas, o FMI foi possível graças ao aporte de recursos das Nações filiadas e como os EUA eram a Nação vencedora da guerra melhor situada financeiramente, o governo norte-americano comprou 40% das cotas, e o FMI teria — como tem — uma moeda própria, chamada de DES (Direitos Especiais de Saque). No começo, os banqueiros internacionais fizeram resistência à criação desta moeda, por entenderem que o Fundo inundaria o mundo de um dinheiro sem valor. Diante das pressões, o problema ficou resolvido, assim: a maioria dos DES foi alocada aos

cinco países que controlavam o uso dos recursos do Fundo, ou seja, os Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Japão. O Tesouro americano reteve a maior parte desses DES. Em consequência, nada se resolve no FMI sem uma consulta prévia aos Estados Unidos.

O princípio programático do FMI é de funcionar como organismo controlador do balanço de pagamentos (a soma todas as trocas externas que um determinado país faz durante um ano) do conjunto de seus filiados. Assim que, por um motivo ou outro, uma nação filiada se encontrar em dificuldades, seja qual o motivo aparente, terá o direito de recorrer aos créditos do FMI. Quem tiver uma pequena dificuldade poderia sacar uma quantia pequena relativa à sua cota. Se a dificuldade for grande, o empréstimo é proporcional.

Dessa forma, acredita-se ainda hoje que o FMI poderia regular a relação de trocas entre todos os países filiados, sem maiores sacrifícios de ninguém. A prática, porém, se mostra bastante negra. Para os países pobres, o FMI fun-

ciona como um banco credor que, de repente, viu seu cliente pedir concordata. Ainda mais, o FMI exerce o papel de policial em favor da comunidade financeira internacional, para garantir que a parte "concordatária" pague os empréstimos (sobre os quais incidem juros elevados).

Gradualidade

O mais importante dessa estória é o que se chama de "gradualidade" dos programas do FMI. Um País em dificuldade, porque perdeu recursos com suas exportações que, de repente, ficaram baratas demais, pode pedir um empréstimo de socorro. Se a situação for grave — como a do Brasil em 1982/83 —, a Nação em dificuldade poderá sacar, em prestações, até 450% do valor de sua cota no Fundo. Nesse caso, o FMI concorda em fornecer o dinheiro (DES convertido em moeda forte, que pode ser dólar, iene japonês, franco francês ou outra, ou a combinação de todas elas), só que impõe algumas condições, assim como o banco exige de seu cliente em dificuldades.

Então, o FMI se compromete a fornecer dinheiro por um período de até quatro anos, que é o prazo considerado suficiente para que a Nação filiada corrija seus rumos. Os juros desses empréstimos são inferiores aos juros do dinheiro pedido aos bancos. A partir daí, o Fundo começa a governar praticamente o País assistido. A receita do Fundo é drástica e ortodoxa ao longo do tempo, pois nunca sofre modificações, seja qual for o doente. Isso dentro do ponto de vista de que, se a doença é diferente, as causas são as mesmas.

A receita do Fundo é mais ou menos esta: você (o País devedor) tem que exportar mais e importar menos. Para exportar mais, suas mercadorias terão que chegar ao mercado consumidor internacional mais barata, para ganhar a concorrência. Para tanto, há que baixar os salários de seus trabalhadores, reduzir o consumo de mercadorias importadas. Com o possível saldo comercial, você paga os bancos. Mesmo assim se o dinheiro não der para honrar todos os compromissos no dia marcado, vá aos bancos e renegocie. E os bancos só renegociam se o FMI der "sinal verde".

As cartas

Dai a origem das cartas de intenções que tanto a Velha República assinou. Como a receita do FMI é indigerível para o Brasil, o ex-homem forte Delfim Netto mandou cumprir uns parágrafos e descumprir outros. Foi tocando com a "barriga" que uma série de sete cartas de intenções foram assinadas.

O Fundo não se satisfaz somente com o acerto da balança comercial, o que o Brasil conseguiu com grande sucesso, às custas de muito sacrifício imposto ao povo. O FMI acha que se não forem corrigidos os problemas internos, quando a doença voltar, ela será mais grave. Mais do que nunca, os "ajustes" são necessários. Para tanto, o FMI recomenda que se reduzam o déficit público (quando o governo gasta mais do que arrecada em impostos) e o crédito que os bancos oficiais e particulares oferecem às empresas e ao consumidor. Reduzindo-se o crédito, os juros se elevam. Há um terceiro raciocínio, segundo o qual quanto mais caros os empréstimos, o tomador deixa de ir ao banco. Irá faltar dinheiro para todos, mas isso deixará de ocorrer no futuro. Haverá depois até muito dinheiro, os juros baixarão e a inflação também.

De forma que o ponto de partida todos sabem, mas o ponto de chegada é muito duvidoso.

Os resultados da aplicação da receita ninguém gostará de lembrar. Mas é possível se falar no México, na Argentina, no Chile, na

Bolívia. O governo mexicano ainda procura cumprir à risca o receituário do FMI, não está conseguindo e a miséria de sua população é visível. Vale o castigo para um país que se submeteu a forças estrangeiras. A Nova República brasileira pleiteia junto ao FMI algumas alterações da receita. Conseguirá?

Na prática, o papel do FMI é bastante negro para os filiados

Apesar de dever tanto aos Países ricos, o Brasil nunca deu "calote". "Somos um devedor elegante", dizem os irônicos. O atual ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, segue esbanjando elegância. O Brasil paga, mas o quanto puder... A questão é "como".

E o nosso País segue sua tática de elegante solitário. Em 1917 e em 1949, a China e a União Soviética simplesmente suspenderam unilateralmente suas dívidas, se transformando depois em superpotências. Logo após a sua independência, os Estados Unidos não foram tão complacentes com o Brasil quando fez a sua. O governo americano deixou de cumprir seus compromissos logo após os primeiros anos de sua vida autônoma. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra deu um "calote clássico". Deixou de pagar juros a todos os países que a abasteceram de alimentos e outras mercadorias. O Brasil — vítima do calote — acabou importando dos ingleses chicletes e iô-iôs.

Apesar de toda a elegância, assim que Getúlio Vargas tomou o poder, em 1930, um ano depois o Brasil decretou a moratória de uma dívida vencida de US\$ 500 milhões.

O Fundo não se satisfaz com o acerto da balança comercial

A função do Fundo Monetário Internacional (FMI) foi definida pelo seu diretor-geral, o francês Jacques de Larosière no "Boletim del FMI", do mês passado.

Segundo Larosière, cabe ao Fundo a obrigação fundamental de induzir os países-membros a adotarem decisões acertadas em matéria de política econômica. A instituição, segundo o diretor-gerente, cumpre essa função por meio de sua política de supervisão, colaborando com todos os países-membros — em forma individual ou coletiva — com objetivo de fomentar o surgimento de condições internacionais que sejam estáveis e propícias a um crescimento sustentado.

Larosière afirma também que o Fundo continuará desempenhando a sua função essencial do seu caráter de agente de ajuste dentro do sistema, ajudando os países a formalizar estratégias de ajuste bem concebidas e a mobilizar o apoio financeiro requerido para facilitar a aplicação adequada da estratégia. Em síntese, uma vez os países-membros aceitando a política de ajuste do FMI, esta instituição desempenha o papel de "relações públicas" junto aos bancos para que eles concedam novos empréstimos aos seus devedores.

Walter Melo